

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Núcleo de Promoção de Políticas Especiais de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)		
Data: 10.11.2025	Horário: 15:00h	Local: Presencial – Sala 905 – Sala 2 – Lâmina I – e online (Teams)	
PAUTA: Rede de Enfrentamento		ATA DE REUNIÃO Nº 66/2025	

Presentes na reunião, mediante assinatura em lista de presença:

1. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard **(Membra da COEM)**;
2. Alessandra Nzinga **(UMP)**;
3. Carla Brasil **(SPM – RIO/CTEV)**;
4. Cinthia de Carvalho Brum **(Disque Denúncia Mulher)**;
5. Cristina Fernandes **(CIAM Márcia Lyra)**;
6. Danielle Furtado de Sousa Marçal **(Instituto Superação da Violência Doméstica)**;
7. Eyleen Olivera Marengo **(MPRJ - CAOVD)**;
8. Fátima Maria dos Santos **(CEDIM/RJ)**;
9. Joana Raphael **(Secretaria de Educação do Estado)**;
10. Juliana Siqueira **(SPM/ Casa Cora Coralina)**;
11. Jurema Rosa Boscardin **(SMS RIO)**;
12. Líder Glória Bastos **(GM-RJ)**;
13. Marcela Freitas Machado **(Empoderadas)**;
14. Maria José Silva **(ALERJ)**;
15. Marília Correa Silva **(NUPEVID/ATAVI)**;
16. Marilha Boldt **(Grupo Mulheres do Brasil)**;
17. Simone de Souza Pires **(SPS/CPAI/ Núcleo de Violência)**;
18. Solange Correia Picado **(CAAV)**;
19. Tamires de Souza Ribeiro **(CEAM Chiquinha Gonzaga)**;
20. Viviane de Carvalho **(PCERJ/DGPAM)**;
21. Jailton Menegatti **(CEJUVIDA)**;
22. Izabella da Silva Ribeiro **(CEJUVIDA)**;
23. Lanna Cordeiro Hott **(SMMU - Niterói)**;
24. Jade Segtovich Rosa **(Assessora COMULHER/DPRJ)**.

Presentes na reunião, por meio virtual, via aplicativo Teams:

25. Giulia Garuzi Luz Machado (**SEM-RIO**);
26. Márcia da Silva (**Secretaria Estadual de Saúde**);
27. Mariana Duayer de Souza (**NACA/FIA**);
28. Vanessa Cristine Cardozo Cunha (**ISP/ Coordenadora ISP Mulher**).

A **Exma. Juíza Katerine Jatahy**, Membro da COEM, inicia a reunião às 15h10min, cumprimentando e agradecendo a presença de todos(as) no presente encontro, que tem por objetivo debater a atuação da Rede de Enfrentamento, a fim de aprimorar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Ato contínuo, concede a palavra aos presentes para que se apresentem e demonstre os avanços dentro de seus respectivos órgãos e instituições representantes da sociedade civil que compõem a Rede.

A **Doutora Viviane de Carvalho**, Delegada da Polícia Civil destaca que a instituição aguarda a inauguração da DEAM da Zona Oeste e que os respectivos agentes já foram recebidos e devidamente formados. Informa também sobre a recente inauguração da DEAM Digital na zona sul, situada na Gávea, em cima da 15ª DP. A expectativa inicial era de uma procura reduzida; contudo, a abertura da unidade teve um impacto positivo na região, e a delegacia vem recebendo diversos requerimentos. A expectativa inicial era de uma procura reduzida; contudo, a abertura da unidade teve um impacto positivo na região, e a delegacia vem recebendo diversos requerimentos. Por fim, informa que o número de contato 197 (Disque Denúncia da Polícia Civil) está em pleno funcionamento, podendo ser divulgado e utilizado por toda a população, para o atendimento, informação e denúncia de crimes de forma anônima.

A **Senhora Marília Correa (NUPEVID/ATAVI)** destaca que uma das atuações da COEM tem sido junto ao Programa Rio Lilás, informando que o programa se desenvolve em parceria entre o TJRJ, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal da Mulher. Na ocasião, relata a última visita técnica realizada pelo Programa a uma unidade escolar situada em Sepetiba. Por fim, enfatiza que o objetivo, a longo prazo, é alcançar todas as escolas da cidade, salientando que o projeto já vem sendo implementado também em outros municípios do estado, em cooperação com diversos órgãos públicos.

A **Senhora Marilha Bolt** parabeniza o TJRJ e a COEM pelo trabalho desenvolvido, ressaltando a importância dos debates e ações promovidos periodicamente sobre temáticas de grande relevância social, sobretudo por serem conduzidos por um órgão independente das mudanças políticas governamentais. Em seguida, sugere a expansão do projeto, com base em sua dissertação de mestrado, que abordou iniciativa similar ao Rio Lilás

desenvolvida pelo TJDF (‘‘Maria da Penha nas Escolas’’). Recomenda, ainda, mecanismos de articulação com outros 6rgãos da administração p6blica, como a celebração de conv6nio com a OAB/RJ e a convocação das presidentes das subseções, visando a uma expansão estadual do projeto, acompanhada da distribuição de material padronizado sobre a temática.

Ademais, informa que pretende realizar um evento na OAB com todas as presidentes de comiss6es relacionadas ao tema, entendendo ser essa uma oportunidade para trazer o assunto  debate e, posteriormente, organizar uma reunião de sistematização da expansão. Outrossim, questiona quais mecanismos são utilizados pelos 6rgos e institui6es da Rede nos casos de abuso infantil.

A **Senhora Joana Raphael** destaca a importância de o projeto se desenvolver nas escolas, dado que este 6 o principal espaço de conviv6ncia e identificação das crianças e adolescentes. Ressalta que esse trabalho precoce contribui para o desenvolvimento da consci6ncia social. Informa que o Minist6rio P6blico vem realizando capacita6es com gestores(as) e coordenadores(as) de ensino das escolas sobre viol6ncia contra a mulher. Acompanha a sugestão da Senhora Marilha Bolt acerca da poss6vel expansão do projeto, propondo uma reunião geral para estruturação dessa ampliação.

Nesse sentido, enfatiza a necessidade de valorização das crianças e adolescentes que crescem sozinhos em virtude da sobrecarga de suas mães e mulheres que desempenham a função, mostrando-lhes que os contextos de viol6ncia vivenciados por suas fam6lias podem ser superados, despertando neles o senso de pertencimento e de capacidade transformadora. Destaca que o crime organizado e o traficante não podem ser refer6ncia para esses jovens, que precisam compreender o seu papel na sociedade, abandonando a sensao de invisibilidade e a ilusão de poder. Salienta que não há tempo a perder: 6 urgente promover ocupao social e definir datas para a6es concretas, com planejamento integrado de pol6ticas p6blicas.

A **Ju6za Katerine Jatahy** informa que trabalho semelhante vem sendo desenvolvido com 6rgos e institui6es de segurança p6blica por meio de uma capacitao unificada. Acolhe a sugestão das Senhoras Marilha Bolt e Joana Raphael quanto ao amadurecimento da proposta de ampliao do projeto, ressaltando que o ideal 6 a união de esforços para evitar retrabalhos. Outrossim, questiona a Senhora Marilha Bolt sobre os mecanismos utilizados pelos 6rgos da Rede diante de casos de abuso infantil nas escolas, especialmente quando professores(as) não sabem como proceder. Indaga ainda se existe capacitao espec6fica para esses(as) profissionais.

A **Senhora Simone de Souza**, psicóloga e representante do CAMI, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, informa que o centro desenvolve diversas ações em apoio aos profissionais de saúde. Destaca que, embora esses profissionais sejam habilitados ao acolhimento de casos de violência sexual e profilaxia na rede básica, o foco principal é o acompanhamento longitudinal das vítimas, considerando as consequências de longo prazo da violência.

A **Senhora Izabella Ribeiro (CEJUVIDA)** observa que crianças e adolescentes inseridos nessa realidade social possuem outras referências de liderança e governança — muitas vezes ligadas ao crime organizado — que despertam novos desejos e aspirações, frequentemente associados a objetos ilícitos que representam o poder local.

Nesse sentido a **Juíza Katerine Jatahy** salienta que essas lideranças locais representam, para esses jovens, a materialização do desejo de poder. Ressalta a importância de identificar as demandas específicas de cada território e compreender como esses objetos de desejo são construídos.

A **Senhora Fátima Cidade (CEDIM)** explica que a violência já pode atingir o indivíduo ainda no período intrauterino e, como integrante da comissão de saúde sobre violência obstétrica, tem acesso a diversos relatos de mulheres, percebendo o impacto dessa violência no desenvolvimento das crianças. Contudo, relata que, em sua experiência, muitas pessoas conseguem superar esse contexto — incluindo a violência territorial e a vulnerabilidade social — e se desenvolver academicamente, enquanto outras não conseguem se desvencilhar dessa realidade.

A **Senhora Maria José (ALERJ)** enfatiza a necessidade iminente de mudança das figuras que ocupam cargos no Poder Legislativo, observando que muitos permanecem há anos sem promover melhorias para a sociedade. Defende também uma transformação cultural mais ampla, uma vez que casos de abuso infantil ocorrem em todas as classes sociais. Ademais, destaca o trabalho desenvolvido pelo gabinete da Deputada Marta Rocha, que inclui a participação de homens em rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha, considerando que são eles os principais autores dos delitos previstos na referida lei.

Com a palavra, o **Senhor Jailton Menegatti** afirma que a união e a informação são as melhores armas para o enfrentamento da violência em geral, do tráfico e de outras práticas ilícitas. Ressalta a urgência de sensibilizar toda a sociedade quanto aos casos de violência doméstica e sugere a realização de um grande mutirão, uma ação ampliada envolvendo saúde, educação e judiciário, com o objetivo de evitar que os casos cheguem ao Judiciário, permitindo um aprofundamento preventivo.

Em que pese a aprovação inicial do Projeto de Lei que proíbe a realização do aborto após a 22ª semana de gestação, inclusive nos casos já previstos em lei, destaca a **Juíza Katherine Jatahy** que, embora tal episódio revele retrocessos sociais sob vários aspectos, é importante recordar que muitos avanços foram conquistados, ainda que de forma lenta, especialmente quanto à defesa da permanência das políticas públicas, como o direito de as mulheres votarem e serem votadas e a consolidação da participação feminina no cenário político.

Prosseguindo, a **Senhora Marilha Bolt** convida todos para a Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher, a ser realizada em 30 de novembro de 2025, no Posto 3 da Praia de Copacabana, às 9h, solicitando que todos utilizem camisas laranja ou brancas em apoio às mulheres e meninas do Brasil. Em seguida, apresenta provocações e questões vivenciadas em sua atuação: casos de estupro de vulnerável cometido pelo pai, que, por não ocorrerem na capital, são distribuídos à JVD, a qual declina competência à Vara de Família, que não consegue oferecer resposta efetiva. Muitas vezes, a prova emprestada não é buscada; a criança declara não desejar contato com o pai, mas não há solução célere, sendo necessário recorrer à segunda instância. Em regra, a liminar é concedida, proibindo a aproximação, sendo o contato regulado pela Vara de Família — tipicamente por videochamada nos fins de semana — mas o procedimento não tem continuidade perante a Vara. Destaca, ainda, a ausência de punição eficaz aos homens que descumprem medidas protetivas de urgência, seja por aproximação, seja por envio de transferências financeiras.

Aduz a necessidade de continuidade no treinamento e capacitação em gênero pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Justiça das equipes responsáveis por essa pauta.

A **Juíza Katherine Jatahy** orienta que o problema é estrutural, ainda que exista orientação jurisprudencial para que casos de violência contra crianças e adolescentes tramitem na JVD. Relata que, em outros estados, a solução encontrada é que o JVD conceda as medidas protetivas. Nos casos específicos apresentados pela Dra. Marilha, bem como em outros semelhantes, orienta que a OAB provoque as instituições regionais e locais sob a perspectiva da Lei Henry Borel. Quanto ao descumprimento de medidas protetivas, destaca que deve ser interposto o recurso cabível e relata ter conhecimento de casos em que tais medidas foram efetivamente cumpridas

No tocante à capacitação em gênero no MP e no TJRJ, esclarece que já existe encontro marcado para continuidade da abordagem da temática, o qual, contudo, foi adiado em razão das recentes operações contra o crime organizado.

A **Senhora Marília Correa** comenta a dinâmica de aplicação da Lei Henry Borel nas comarcas do interior, indicando que a insuficiência de profissionais para atender à demanda

conforme prevê a legislação — somada às demandas da Lei Maria da Penha — prejudica a correta operacionalização da norma.

No mesmo sentido, a **Senhora Cristina Fernandes** reconhece que há reclamações, mas ressalta que, em casos envolvendo crianças e adolescentes, o caminho mais adequado é o acionamento do Conselho Tutelar, responsável por ativar a rede de proteção da infância, conforme atribuído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Destaca, ainda, a ausência de comunicação entre as redes de proteção pautadas na perspectiva de gênero (mulher, criança e adolescente), apontando que há um hiato persistente em sua integração. Nos trabalhos de capacitação do CIAM, reforça-se continuamente a necessidade de cooperação entre políticas setoriais e especializadas (idosos, pessoas com deficiência, mulher, criança e adolescente), pois a atuação paralela, sem comunicação, tende à desqualificação recíproca das políticas. Questiona, por fim, a insuficiência de conhecimento e capacitação dos profissionais na perspectiva de gênero.

Respondendo ao questionamento da Juíza Katerine Jatahy, a **Senhora Eyleen Marrenco** esclarece que não há, no Ministério Público, curso institucionalizado de capacitação para servidores(as) sobre violência de gênero, existindo apenas os realizados em parceria com a Polícia Civil. Informa que está em desenvolvimento, junto ao IEERB, um curso de extensão destinado aos profissionais que atuam na rede de atendimento, com previsão de disponibilização até o final do ano e continuidade no próximo, por meio de convênio com a Fiocruz.

Diante disso, a **Juíza Katerine Jatahy** orienta que se realize capacitação interna dos(as) servidores(as) do MP, para que todas as instituições atuem sob a mesma perspectiva, considerando que um dos compromissos da Rede é justamente a capacitação dos órgãos que a integram.

A **Líder Glória Bastos (GM-RIO)** destaca que houve reestruturação interna na Guarda Municipal, o que reduziu a equipe da Ronda Maria da Penha. A expansão dos trabalhos foi prejudicada, dado que a oferta de gratificação estimulou a adesão ao chamado treinamento de “elite” da força municipal armada. Isso resultou em redução de 21% do efetivo até o momento, com previsão de perda adicional de 14%. As equipes seguem atuando dentro do possível para manter a qualidade do serviço, difundindo informações preventivas e acompanhando audiências, ainda que em menor escala. Solicita apoio externo — da Secretaria da Mulher, da Prefeitura e da SEOP — para tratar adequadamente a situação.

A **Senhora Carla Brasil (SPM-RIO)**, compromete-se a levar as demandas apresentadas pela Líder Glória Bastos à Senhora Mariana Xavier, secretária interina, buscando auxiliar nas questões levantadas e na manutenção da qualidade do serviço prestado pela Guarda Municipal por meio da Ronda Maria da Penha.

A **Senhora Cinthia Brum**, representante do Disque Denúncia Mulher, informa que a ONG atua há 30 anos no Estado do Rio de Janeiro e permanece à disposição para colaborar com as ações tratadas nas reuniões da Rede. Ressalta que muitos casos recebidos não são reportados pelas próprias vítimas, mas por vizinhos(as) e familiares que confiam no anonimato assegurado pelo programa. Diante disso, perceberam a necessidade de ampliar a difusão do serviço e de ocupar os territórios. Em parceria com o Sesi Cidadania/Firjan, criaram o programa “Caravana DD Mulher nas Indústrias”, por meio do qual representantes do DD visitam indústrias e comunidades para promover diálogo direto com a população, embora ainda haja carência de acesso a esses serviços.

Informa que o DD Mulher disponibiliza vários canais de denúncia — telefone (21 2253-1177), WhatsApp, Facebook, website e aplicativo — todos garantindo anonimização de dados. Destaca também a parceria com a Secretaria da Mulher para capacitação para o atendimento especializado, bem como com a Polícia Militar e a Guarda Municipal, que colaboram na divulgação do serviço e no enfrentamento à violência doméstica.

Nesse sentido, sugere a ampla difusão, entre os órgãos especializados, do trabalho realizado pelo DD Mulher e compromete-se a enviar o material de divulgação à COEM, para a divulgação.

Em seguida, questionada pela **Juíza Katerine Jatahy** quanto ao fluxo das denúncias, a Doutora Viviane de Carvalho esclarece que as demandas são, em sua maioria, de cunho investigativo, sendo, portanto, encaminhadas às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) para prosseguimento. Informa que, quando se trata de questões imediatas, é possível realizar contato direto com as delegadas, garantindo atendimento e resolução célere aos casos trazidos pelas vítimas. Ressalta ainda que, em situações de urgência, como ocorrências de cárcere privado, o contato é feito diretamente com o batalhão — procedimento conduzido por setor específico dentro do DD.

Por fim, observa o aumento de casos relacionados à agressão de filhos(as) contra os pais e compromete-se a encaminhar os dados dos crimes recebidos pelo DD Mulher para inclusão no Observatório.

A **Senhora Jurema Boscardin (SMS RIO)** destaca a importância de que a Rede tenha clareza sobre quais órgãos integram os fluxos de atendimento e quais possuem

capacidade para absorver as demandas decorrentes das ações desenvolvidas pela própria Rede.

A **Senhora Marcela Freitas (Empoderadas)** informa que substituirá a Senhora Mayara Nicollity e apresenta o trabalho do programa, política pública do Governo do Estado estruturada em três principais vertentes: acolhimento multidisciplinar (serviço social, psicologia e jurídico), aulas de defesa pessoal e desvencilhamento, e oferta de cursos profissionalizantes que possibilitam a reinserção da mulher vítima de violência no mercado de trabalho, fortalecendo sua autonomia econômica e contribuindo para a ruptura do ciclo de violência. Em seguida, apresenta os dados referentes ao mês de outubro:

- 1282 acolhimentos realizados pela equipe multidisciplinar (psicologia, serviço social e jurídico);
- 78 eventos, dentro desses eventos estão incluídos idas as escolas, workshops;
- São 58 polos em todo o estado, já possuindo a negociação para a instalação de mais 03 polos.

Ressalta que o Empoderadas está à disposição da Rede para encaminhamento de mulheres, realização de estudos de caso, entre outras ações. Destaca ainda a existência de workshop voltado a adolescentes, com conteúdos diferenciados para meninos e meninas, reforçando a importância da união de esforços para expansão do projeto.

Na sequência, a Senhora **Izabella da Silva (CEJUVIDA)** informa que a unidade consiste em um centro de acolhimento às mulheres vítimas de violência situado no Tribunal de Justiça, funcionando em regime de plantão noturno (de segunda a sexta, das 18h às 11h) e 24h em feriados e finais de semana. O Centro é responsável pelo encaminhamento de mulheres a abrigos sigilosos, podendo receber demandas diretamente, via aplicativo Maria da Penha, Delegacias ou Defensorias Públicas. Destaca a relevância do trabalho realizado pela COEM com o Projeto Rio Lilás, enfatizando a necessidade de atacar a raiz do problema, solicitando, se possível, a inclusão da equipe do CEJUVIDA, nos próximos curso de capacitação.

A **Juíza Katerine Jatahy** assinala que será necessário um período para reconstruir a confiança da população no Poder Judiciário e no Sistema de Justiça, especialmente entre os residentes das áreas afetadas pelo último conflito envolvendo o Estado e a Polícia (operação CV), ressaltando a continuidade dos trabalhos de acolhimento.

A Senhora **Alessandra Nzinga**, representante da sociedade civil, destaca a importância da atenção ao EJA, com ações e materiais direcionados a esse público. Relata dificuldades em encontrar solução para conflitos de violência doméstica ocorridos em espaços de ocupação. Informa que as reuniões do Observatório foram temporariamente

suspensas, mas durante a elaboração da Carta Climática da Pequena África e da Providência, com perspectiva de gênero, surgiram denúncias encaminhadas ao CEAM Chiquinha Gonzaga. Ressalta que as reuniões retornarão presencialmente em janeiro, visando estabelecer estratégias de orientação às mulheres sobre denúncias. Justifica sua ausência em encontros anteriores em razão da finalização de sua tese de mestrado e convida os presentes para a defesa pública do trabalho, a ocorrer em 14 de novembro, às 14h, no CPDA/UFRRJ, Centro/RJ. (Avenida Presidente Vargas, nº 417 - 6º andar).

A Senhora **Eyleen Oliveira** divulga parcerias com instituições para promoção do Projeto “Não é Não”, a finalização da capacitação das equipes técnicas dos CRAIs e a publicação de recomendação para a Polícia Civil sobre a implementação da “Sala Lilás” no IML de Campo Grande. Relata ainda ações em parceria com times de futebol, dentro do “Pacto Ninguém se Cala”, e informa a assinatura do protocolo “Antes que Aconteça”.

A Senhora **Juliana Siqueira (Casa Coralina)** justifica sua ausência em encontros anteriores devido ao gozo de férias. Ressalta que a Casa é responsável pelos abrigos sigilosos, priorizando casos encaminhados pelo CEJUVIDA. Informa que há ciclos de aumento de casos e que já houve tentativa de sistematização desses dados, sem êxito, dada sua flutuação.

A Senhora **Carla Brasil (SPM-RIO)** apresenta o trabalho da SPM Rio e suas parcerias, incluindo a cerimônia de formatura do CAPACIT e cursos realizados com o MP e o 190. Destaca que essas ações, embora graduais, provocam transformações estruturais na sociedade. Ressalta a relevância da territorialização e da adaptação de linguagem, metodologia e performance para fortalecimento das parcerias interinstitucionais.

A Senhora **Jade Rosa (DPRJ)** informa que está representando a Defensora Pública Thaís Lima, na qualidade de assessora jurídica Coordenação de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública.

A Senhora **Lana Cordeiro (SMMU - Niterói)** apresenta o Programa “Guardiã Maria da Penha”, parceria entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Ordem Pública, Guarda Municipal e Secretaria da Mulher, com atuação em escolas municipais, promovendo conscientização sobre gênero e violência. O programa atualmente abrange o ensino fundamental e necessita de recursos para expansão. Informa a inauguração de dois novos Núcleos de Acolhimento ainda este ano e a realização de evento em dezembro, no âmbito dos 21 dias de ativismo, com oficinas de elaboração de currículos e preparação para entrevistas.

A Senhora **Solange Correia (CAAV/TJRJ)**, substituindo a Senhora Adriana, agradece a participação e destaca que o atendimento no CAAV tem como público

majoritário mulheres pretas, periféricas e provedoras do lar, vítimas de violência grave, incluindo tentativa de feminicídio. Enaltece o trabalho do CAMI nos encaminhamentos qualificados e informa que o CAAV tem buscado parcerias para aprimorar acolhimentos e encaminhamentos. Por fim, informa que a sala está localizada na sala 111, corredor D.

A Juíza **Katerine Jatahy** concede a palavra à Senhora **Cristina Fernandes**, que destaca a necessidade de convergência e complementariedade das ações e da ampliação da capacidade de escuta especializada. Informa que a Senhora Giulia Luz estará presente na próxima reunião para apresentar o Observatório do Feminicídio, cuja equipe está em capacitação em parceria com a UFRJ. Expõe o Projeto Nova Guia, ainda em fase de estruturação, diante da necessidade de ajustes no sistema eletrônico para garantir o sigilo das mulheres.

Evidencia que o projeto de empregabilidade será estruturado na forma de um sistema informatizado destinado às mulheres em situação de violência, público para o qual a legislação prevê a reserva de um percentual de vagas, preferencialmente em órgãos e empresas públicas, a fim de contemplá-las nos processos seletivos. Esclarece que está sendo organizada a forma de comunicação com essas mulheres, para deixar claro que a contratação não ocorrerá em razão da situação de violência vivenciada, mas sim por se tratar de uma oportunidade de participação em processo seletivo, considerando suas qualificações profissionais e a reserva de vagas prevista em lei.

Ressalta que todos os dados referentes ao processo de violência doméstica permanecem sob sigilo e não são compartilhados com empregadores, não havendo qualquer indicação ou informação sobre o ocorrido. Informa que o Estado do Rio de Janeiro atua como piloto do projeto desenvolvido pelo MGI (Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos), tendo firmado compromisso com o referido órgão. Destaca, ainda, que os contratos serão regidos pela CLT, não se tratando de contratações temporárias, e que somente serão encaminhadas para entrevistas mulheres que estejam em condições de manter o vínculo laboral, considerando os efeitos colaterais da violência e o processo de reconstrução pessoal.

A **Senhora Cristina Fernandes** compromete-se a encaminhar, via e-mail da COEM, as informações necessárias para acesso ao sistema de cadastro, garantindo que as equipes técnicas possam realizar adequadamente os encaminhamentos. Informa que há distinção entre o cadastro das mulheres, realizado pelas instituições, e o cadastro das empresas interessadas em ofertar vagas, que devem entrar em contato diretamente com a Superintendência.

A Senhora Fátima informa e convida todos os presentes para o evento a ser realizado no dia 02 de dezembro do corrente ano, às 14h, organizado pela Comissão Estadual de Saúde, no CEDIM.

Nada mais a ser tratado, a **Magistrada** encerra a reunião às 17h52min e designa o próximo encontro para o dia 01 de dezembro, às 15h. **(Deliberação 03)**

Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
(Membra da COEM)

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar o convite da próxima reunião, programada para o dia 01 de dezembro, às 15h, presencial.	NUPEVID	05 dias, após aprovação da Ata.